

Art. 1.^o Fica o presidente da província autorizado a despender até o fim do corrente exercício, a quantia de vinte contos cento e trinta e dois mil duzentos e treze reis, com o sustento, vestuário e curativo dos presos da penitenciaria.

Art. 2.^o Fica do mesmo modo o presidente da província autorizado a despender até o fim do corrente exercício financeiro, a quantia de dezesseis contos e vinte mil reis, com o hospício de alienados.

Art. 3.^o Para essa despesa poderá o governo abrir o crédito necessário.

Art. 4.^o Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertenceer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O secretario desta província a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no palacio do governo da província de S. Paulo, aos dez dias do mez de Março de 1880.

(L. S.)

Laurindo Abelardo de Brito.

Carta de lei pela qual v. exc. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, que houve por bem sancionar, autorizando o governo a despender até o fim do corrente exercício a quantia de vinte contos cento e trinta e dois mil duzentos e treze reis, com o sustento, vestuário e curativo dos presos da penitenciaria, e dezesseis contos e vinte mil reis, com o hospício de alienados, como ac declara.

Para v. exc. ver, Cândido Augusto de Oliveira Abrantes, a fez.

Publicada na secretaria do governo de S. Paulo, aos dez dias do mez de Março de 1880.

José Joaquim Cardoso de Mello

N. 8

Laurindo Abelardo de Brito, presidente da província de S. Paulo, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes, que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. Único. Fica revogado o parágrafo primeiro do artigo primeiro da lei n. 18 de 16 de Março de 1866 que annexou a parte da fazenda de Fernando Paes de Barros, sita no município de Capivari, para o de Piracicaba.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertenceer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem.

O secretario desta província a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no palacio do governo da província de S. Paulo, aos treze dias do mez de Março de mil oitocentos e oitenta.

(L. S.)

Laurindo Abelardo de Brito.

Carta de lei pela qual v. exc. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, que houve por bem sancionar, revogando o parágrafo primeiro do art. primeiro da lei n. 18 de 16 de Março de 1866, que annexou a parte da fazenda de Fernando Paes de Barros, sita no município de Capivari, para o de Piracicaba, como acima se declara.

Para v. exc. ver, Cândido Augusto de Oliveira Abrantes, a fez.

Publicada na secretaria do governo de S. Paulo, aos treze dias do mez de Março de mil oitocentos e oitenta.

José Joaquim Cardoso de Mello.

N. 9

Laurindo Abelardo de Brito, presidente da província de S. Paulo, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes, que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte: